

**Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos
Abril – Julho/2006**

Realização: Ágere Cooperação em Advocacy
Apoio: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR

**Módulo III: Conselhos dos Direitos no Brasil
Área: Combate à Discriminação**

Autoria: Maria de Lourdes Alves Rodrigues
Verônica Maria da Silva Gomes
Colaboração: Maria Célia Orlato Selem

Aula 8 – Conferências Nacionais dos Povos Indígenas¹

"Estamos juntos, homens e mulheres indígenas, na busca da conquista dos nossos direitos, e essa união é fundamental para garantir que isso aconteça"

(Eliane Potiguara²)

A população indígena brasileira é de aproximadamente 701.462 pessoas, pertencentes a cerca de 220 povos. Falam mais de 180 línguas identificadas, dentre elas 156 (86%) na Amazônia Legal e 24 línguas (14%) nas demais regiões, segundo o censo do IBGE 2000.

¹ Esta aula corresponde às aulas 6 e 7 para os outros Conselhos dos Direitos sobre às Conferências Nacionais convocadas pelos Conselhos e as Diretrizes da Política Nacional deliberadas nas Conferências e Conselhos. No caso do CNCD, como não houve convocação de conferências, apresentamos nesta aula as Conferências Indígenas de iniciativa das organizações indígenas e da Funai. E ao final, um breve comentário sobre a construção de diretrizes da política nacional para os vários segmentos no âmbito do CNCD.

² Eliane é escritora indígena, professora, mãe, avó, 54 anos, remanescente Potiguara. É Conselheira do Inbrapi, (Instituto Indígena de Propriedade Intelectual) e Coordenadora da Rede de Escritores Indígenas na Internet e o Grumin/Rede de Comunicação Indígena. É uma das 52 brasileiras indicadas para o Projeto internacional Mil Mulheres Para o Prêmio Nobel da Paz. Formada em Letras (Português- Literatura), licenciada em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

Cada um destes povos tem sua própria maneira de entender e se organizar diante do mundo, com manifestações culturais, sociais, políticas, religiosas, econômicas e de relação com o meio ambiente e ocupação de seu território.

Considerando o paternalismo histórico ao longo de 500 anos de colonização, como forma de racismo secular, ressaltam-se a organização indígena e a realização das conferências nacionais, como espaços de construção política indispensáveis à autonomia dos povos indígenas, caracterizando um indigenismo comprometido que vai na direção oposta a de uma política de proteção tutelar e assistencialista.

I Conferência Nacional dos Povos Indígenas

Realizada de 14 a 17 de junho de 2001, em Belém/PA, foi considerada uma conferência de iniciativa indígena. Trezentos representantes indígenas de mais de 78 etnias, do Brasil e do exterior, reuniram-se para discutir uma agenda para o novo século com apoio do governo local.

Três dias intensos de debates em educação, esporte e política, discussões e manifestações culturais, apontaram, dentre outras, as seguintes recomendações:

- **Educação e Cultura** - já existem cerca de 100 índios cursando Direito. Em todo o Brasil, dez já conseguiram concluir a graduação nesse curso. A Universidade Estadual de Mato Grosso abriu vagas no curso de Pedagogia para 200 índios. A historiadora e professora indígena Francisca Pareci discutiu a educação escolar como meio de reforço da identidade étnica dos povos indígenas. Segundo a professora da tribo Pareci, a cultura indígena é dinâmica e tem que ser diferenciada.
- **Participação indígena na Política Nacional** - participaram como palestrantes o único prefeito índio do Brasil, Marcos Potiguara, e o vereador indígena Gabriel Guarani. Durante a palestra, os índios reclamaram do pouco avanço das políticas voltadas às populações indígenas, mas todos concordam que, mesmo a longo prazo, estão conquistando algum espaço no cenário político brasileiro. Em 2001, existiam 87 vereadores, seis vice-prefeitos e um prefeito índio no Brasil.

Principais reivindicações

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

- educação indígena como instrumento de transformação social, político e econômico dos Povos Indígenas;
- garantia de formação universitária pelo Governo Federal, com acesso diferenciado;
- construção de uma Universidade Indígena, voltada inteiramente para os valores culturais indígenas;
- implementação de uma política educacional, dentro dos parâmetros indígenas, assim como a formação de professores indígenas;
- fim da discriminação social e racial, com exigência de garantia constitucional de direitos.
- criação de um Conselho de Parlamentares Indígenas, voto distrital e garantia de 3% do espaço político do Congresso Nacional, além da realização de um Fórum Nacional de Parlamentares Indígenas .
- outras recomendações específicas para a Conferência Mundial Contra o Racismo, realizada em agosto/setembro/2001, na África do Sul, pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Conferências Regionais preparatórias para a Conferência Nacional de 2006

Observando-se o plano regional, as lideranças indígenas mobilizaram-se e participaram das conferências regionais preparatórias para a Conferência Nacional ocorrida em Brasília de 12 a 19 de abril de 2006. Desde 2004, elas vêm discutindo e propondo uma pauta de reivindicações nas várias áreas de interesse dos povos indígenas. A seguir, apresentamos um quadro esquemático das conferências regionais com informações básicas de sua realização.

Principais Reivindicações

1. Nordeste e Leste – de 13 a 18 / dezembro / 2004 - criação de um ministério que contemple todas as estruturas de atendimento aos povos indígenas
2. Mato Grosso do Sul - de 28 /março a 1º/ abril / 2005 - “Índios têm que ser responsáveis pelos seus próprios atos”. O debate sobre autonomia, tutela e autodeterminação ganhou força
3. Sul - 6 a 10/junho/2005 - Criação de linhas de crédito especiais para o desenvolvimento da agricultura ecológica; garantia de recursos para projetos auto-

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

sustentáveis; reflorestamento das áreas indígenas degradadas, além da recuperação das nascentes de rios e mananciais.

4. Goiás, Tocantins, Leste do Mato Grosso – de 16 a 23 / setembro / 2005 - Adequação da política pedagógica para cada povo indígena. Foram propostas 56 medidas para melhorar e otimizar o aprendizado de crianças e jovens indígenas
5. Mato Grosso – de 9 a 16 / outubro / 2005 - Criação de uma lei que normatize a comercialização dos produtos e artesanatos; capacitação de indígenas para atuarem como agentes fiscalizadores de suas terras; consolidação de um novo Estatuto do Índio, dentre outras.
6. Amazonas e Roraima – 30 / outubro a 6 / novembro / 2005 - A aproximação do universo indígena ao da sociedade envolvente, criando espaços em veículos de comunicação para divulgação das culturas indígenas como forma sócio-educativa
7. Rondônia, Sul do Amazonas e Acre – de 21 a 27 / novembro / 2005 - Garantia de programas de capacitação nas áreas de gestão administrativa; a normatização do trabalho de ecoturismo feito pelos índios; a implantação de uma política de proteção territorial permanente
8. Sudeste – de 4 a 10 / dezembro / 2005 - Fortalecimento das linhas de fomento e apoio a projetos de fortalecimento da medicina tradicional e de saúde da mulher indígena, garantindo o respeito às especificidades culturais de cada grupo; além de efetivo trabalho com relação à saúde infantil e das mulheres indígenas.
9. Amapá, Pará e Maranhão – de 13 a 20 / dezembro / 2005 - Criação de um Conselho Nacional de Política Indígena com poderes plenos de deliberação, articulação e fiscalização da política indigenista.

A Conferência Nacional de iniciativa governamental

No período de 12 a 19 de abril de 2006, realizou-se em Brasília, por iniciativa governamental, capitaneada pela FUNAI, a Conferência Nacional dos Povos Indígenas, a qual contou com a participação de delegados indígenas e de administradores executivos regionais da FUNAI, indicados durante as supracitadas conferências regionais ocorridas a partir de dezembro de 2004.

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

Os delegados e delegadas indígenas de todas as regiões debateram e consolidaram em um documento único suas reivindicações. De acordo com representantes indígenas, o teor e os possíveis reflexos das propostas aprovadas em plenário e relacionadas no documento final, no entanto, continuam embebidos por altas doses de polêmica. A prioridade extraída da conferência não se concentrou na firme exigência da consolidação da ainda extremamente frágil política indigenista – colocadas de maneira enfática pelos cerca de 500 indígenas de 86 povos que se mobilizaram no início de abril no Acampamento Terra Livre 2006, como parte do Abril Indígena que, e sim, no ritmo vagaroso das demarcações de terra e na situação dramática na área de saúde indígena.

Os participantes preferiram privilegiar o fortalecimento da Funai, inclusive na defesa do retorno do patrimônio de saúde indígena e recursos humanos qualificados para a entidade, com a revogação do decreto presidencial que transferiu a saúde indígena para a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Para se ter uma idéia do nível de desencontro, tal proposta vai de encontro às resoluções de uma outra conferência nacional – a de Saúde Indígena realizada em março/2006 em Caldas Novas, Goiás.

Outras reivindicações aprovadas na Conferência Nacional dos Povos Indígenas, promovida pela Funai:

1. a criação de um Sistema de Educação Escolar Indígena em nível Federal;
2. maior participação das diversas etnias na estrutura da Funai, ampliação do quadro de funcionários e de recursos;
3. autonomia dos povos indígenas – substituição do conceito de tutela pelo de proteção específica que deve garantir os direitos territoriais, o acesso à educação e à saúde diferenciadas.

A aula 7 deste módulo para outros conselhos dos direitos refere-se às diretrizes da Política Nacional para o segmento de atuação específica do conselho. No caso do CNCD, apresentaremos nesta aula as Conferências Indígenas (um dos segmentos de atuação prioritária do conselho). Ao final, um breve comentário sobre a construção de diretrizes da política nacional para os vários segmentos no âmbito do CNCD.

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

Diretrizes da Política Nacional, um direito de todos os segmentos discriminados

Diretrizes são um conjunto de instruções que devem direcionar os procedimentos nas áreas das políticas sociais e de temas que orientarão a organização, a articulação, o desenvolvimento e a avaliação de programas pelos órgãos governamentais e pela sociedade civil. As diretrizes orientam-se pelo marco legal dos direitos humanos e são base para a construção de planos de ações e metas com vistas a realização das políticas de promoção e garantia dos direitos. Para sua elaboração e cumprimento devem ser consideradas as disparidades regionais, as diversidades e as diferentes condições de recursos humanos e operacionais dos municípios.

As diretrizes da política nacional para os diversos segmentos populacionais devem ser construídas de forma participativa e sua deliberação, em geral, acontece nas Conferências, convocadas nacionalmente pelos Conselhos.³

É fundamental destacar que as diretrizes de políticas não devem passar por escalas de prioridades, nem submetidas a uma classificação hierárquica. Diretrizes devem ser cumpridas em seu conjunto. As prioridades são definidas no nível das ações. No caso do CNCD, ainda não foram deliberadas as diretrizes estabelecidas para a Política Nacional das populações de maior atuação deste conselho (populações indígenas, gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros). As diretrizes nacionais da política de promoção da igualdade racial (no caso dos negros e negras, indígenas, ciganos, árabes, entre outros) estão em processo de construção, coordenado pela Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR/PR e pelo recém criado Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR.

- Praticando:**
- 1) Você já participou de alguma conferência em seu estado e município?
 - 2) Os conselhos no seu estado e município já convocaram conferências dos direitos dos segmentos de atuação prioritária do CNCD (povos indígenas, população negra, segmento dos gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros)?

³ Assim foi feito, por exemplo, em relação às Diretrizes da Política para as Mulheres.

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

- 3) Caso já tenham sido realizadas, quais foram as principais deliberações destas conferências em seu estado e município? Estas deliberações foram divulgadas junto à sociedade e governo local?

Atenção:

Para realizar as políticas e garantir os direitos dos segmentos de maior atuação dos conselhos é imprescindível assegurar recursos no orçamento público. Veja como o conselho do seu estado e município tem acompanhado a elaboração, aprovação e execução do orçamento público destinado às políticas e programas referentes à população negra, indígena e de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros.

Links Interessantes

I Conferência Nacional dos Povos Indígenas – Belém – PA:

http://www.pa.gov.br/hotsite/indios/dia1606_8.asp

Conferência Nacional dos Povos Indígenas – Rio Quente - GO:

http://www.conferenciaindigena.com.br/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=13&Itemid=27

Site sobre as organizações dos povos indígenas

Somo todos parentes – povos indígenas no Brasil

http://www.indio.org.br/003_Atualidade/movimento_indigena/mov_ind_org.htm